

Pereira, Lupércio Antonio

Tavares Bastos, a imigração europeia e o lugar das ideias liberais no Brasil oitocentista
Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.

16, núm. 3, septiembre-diciembre, 2012, pp. 1085-1110

Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526887011>

- ▶ Cómo citar el artículo
- ▶ Número completo
- ▶ Más información del artículo
- ▶ Página de la revista en redalyc.org

Tavares Bastos, a imigração europeia e o lugar das ideias liberais no Brasil oitocentista^{*}

*Lupércio Antonio Pereira***

Resumo. Este trabalho pretende trazer novos elementos para a discussão a respeito do lugar das ideias liberais na história brasileira do século XIX. Para tanto, tomou-se como objeto de estudo a obra do publicista liberal Tavares Bastos (1839/1875). Pretende-se mostrar que a tese de que o liberalismo era uma “idéia fora de lugar” não leva na devida conta a ação de forças sociais extraterritoriais como a imigração europeia que, nas condições do século XIX, poderiam alterar os termos da equação política e social nos países da América, inclusive no Brasil. Do ponto de vista metodológico, adota-se aqui o mesmo procedimento seguido por Caio Prado Júnior e seguidores, com a diferença de que, na nossa leitura da história brasileira e mundial da segunda metade do século XIX, na vinculação do Brasil com o mundo exterior estava inscrita a possibilidade de desenvolvimento. E a obra política de Tavares Bastos era a expressão mais lúcida e consciente dessa possibilidade.

Palavras-chave: Ideias liberais; Tavares Bastos; Imigração; Brasil; História.

Tavares Bastos, European immigration and liberal ideas in 19th century Brazil

Abstract. New themes on the liberal ideas in Brazilian history during the 19th century are discussed by analyzing the works of the liberal writer Tavares Bastos (1839-1875). The thesis that liberalism was “a foreign and strange idea” does not take into consideration the social extraterritorial forces, such as European immigration, which could change the political and social balance in America, especially Brazil. From the methodological point of view, the same procedure applied by Caio Prado Junior and his followers was adopted. However, differences from the above are extant since the possibility of development bounded Brazil to the world outside it. Consequently, a different interpretation of Brazilian and world history in the second half of the 19th century may be forwarded. Tavares Bastos’s political works expressed in a clear and vivid way such a possibility.

Keywords: Liberal ideas; Tavares Bastos; Immigration; Brazil; History.

* Artigo recebido em 01/09/2012. Aprovado em 11/10/2012.

** Professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da UEM, Maringá/PR, Brasil. E-mail: lupantonio@uol.com.br

Tavares Bastos, la inmigración europea y el lugar de las ideas liberales en el Brasil decimonónico

Resumen. Este trabajo pretende traer nuevos elementos para discutir el lugar de las ideas liberales en la historia brasileña del siglo XIX. Para ello, se tomó como objeto de estudio la obra del publicista liberal Tavares Bastos (1839-1875). Aquí, se pretende mostrar que la tesis de que el liberalismo era una “idea fuera de lugar” no tiene en cuenta la acción de las fuerzas sociales extraterritoriales como la inmigración europea que, en las condiciones del siglo XX, podría alterar los términos de la ecuación política y social de los países americanos, incluso Brasil. Del punto de vista metodológico, fue adoptado el mismo procedimiento utilizado por Caio Prado Júnior y seguidores, con la diferencia de que en nuestra lectura de la historia brasileña y mundial de la segunda mitad del siglo XIX, en la relación de Brasil con el mundo exterior, estaba inscripta la posibilidad de desarrollo. Y la obra de Tavares Bastos era la expresión más lúcida y consciente de esa posibilidad.

Palabras Clave: Ideas Liberales; Tavares Bastos; Inmigración; Brasil; Historia.

Uma das questões mais controversas da história intelectual e política do Brasil é o papel representado em nossa formação por aquilo que poderíamos denominar, não sem certa dose de simplificação, de “ideias liberais”. A controvérsia é antiga. Antes mesmo da Independência, intelectuais e homens públicos já discutiam até que ponto as ideias liberais oriundas da Europa burguesa eram ou não aplicáveis à realidade brasileira. Ainda em 1798, o bispo Azeredo Coutinho investia furiosamente contra aqueles que pensavam em aplicar ao Brasil as abomináveis ideias da “seita filosófica” francesa. Em meio ao turbilhão revolucionário que, nascido na França, já convulsionava grande parte da Europa e ameaçava transbordar para o mundo ibero-americano; esse combativo prelado advertia seus compatriotas luso-brasileiros de que, em país cuja produção dependia ainda do tráfico africano e do trabalho escravo, as *ideias francesas* não teriam o menor sentido (AZEREDO COUTINHO, 1966).

Atentar para as circunstâncias especiais do país sempre foi o mote do discurso da elite dirigente do país, mesmo em se tratando dos pensadores mais identificados com o liberalismo. Tal é o caso de Cairu que, em seus *Estudos do Bem Comum*, em 1817, prudentemente ressalvava que “nem sempre é possível ou seguro”, aplicar indiscriminadamente os princípios da Economia Política, já que “uma nação de povos incultos não pode ter igual economia política, que uma de gente civilizada, e adiantada em artes e ciências”. Da mesma forma, “não pode também ser a mesma economia política em uma Nação onde se acha estabelecida a triste Lei do Cativeiro, ou da servidão da gleba, e em outra onde os povos gozam de plena liberdade e fazem bom uso dela”. “Uma nação antiga, populosa e de apertado território, deve-se reger por Institutos e Regulamentos econômicos e políticos, que não podem ter lugar em um país vasto, deserto ou pouco povoado” (LISBOA, 1975, p. 172-173).

Como se vê por estes exemplos, saber se e até que ponto as ideias liberais são adequadas ao Brasil é uma preocupação tão antiga quanto a própria ideia de nação.

Para romper com os esquemas de análise que tomam o liberalismo como algo postiço na realidade brasileira do século XIX, é necessário partir de um questionamento do próprio conceito de realidade. Desde logo, principalmente em se tratando de estudo que envolve o conceito de liberalismo, é preciso perguntar: de que realidade se trata? Da realidade **histórico-nacional** ou da realidade **histórico-universal** — ou, numa escala menos abrangente, da realidade **histórico-ocidental**? Ou, ainda, de uma realidade nacional em que atuam simultaneamente forças internas (locais/nacionais) e externas? Vamos refletir um pouco sobre esta questão.

Desde muito tempo firmou-se como princípio inquestionável que a história brasileira está, desde sua origem, intimamente relacionada às vicissitudes da história dos povos ocidentais. Em termos metodológicos,

portanto, toma-se a **totalidade** (a expansão comercial e marítima dos povos europeus) como ponto de partida para se entender o **particular e o específico** (a formação histórica do Brasil). Tomemos, como ilustração do que estamos dizendo, o procedimento metodológico adotado por Caio Prado Júnior.

Assim como Aristóteles havia estabelecido que “o todo deve preceder às partes” e que não se entenderia a natureza e a função de uma mão se esta fosse vista como algo separável do corpo (ARISTÓTELES, 1986, p. 681), também Caio Prado Júnior firmou o princípio de que a formação histórica do Brasil, desde suas origens e posterior desenvolvimento, deve ser vista como um mero detalhe do imenso painel histórico formado pela expansão comercial e marítima dos povos europeus na era moderna. Vejamos, com as próprias palavras do autor, com que clareza ele coloca esse procedimento metodológico:

precisamos reconstituir o conjunto de nossa formação colocando-a no amplo quadro (...) destes três séculos de atividade colonizadora que caracterizam a história dos países europeus a partir do século XV; atividade que integrou um novo continente na sua órbita; paralelamente aliás ao que se realizava, embora em moldes diversos, em outros continentes: a África e a Ásia. Processo que acabaria por integrar o Universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte. Todos esses acontecimentos são correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso. Realmente, a colonização portuguesa da América não é um fato isolado (...) É apenas a parte de um todo, incompleto sem a visão deste todo (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 17).

Depois de Caio Prado, esse procedimento de vincular a História do Brasil à história do mundo Ocidental ganhou a força de um axioma ou de um modelo canônico. Para Celso Furtado, por exemplo, a formação econômica do Brasil é o resultado de um complexo processo em que se combinam e se entrelaçam de modo estreito **fatores externos** (revolução comercial, revoluções político-religiosas europeias, guerras entre as potências europeias, inovações tecnológicas, revolução industrial, demanda externa por produtos coloniais etc.) e **internos** tais como história pré-colombiana, meio físico (clima, relevo,

vegetação, hidrografia, características do solo), a estrutura produtiva montada pelo colonizador, a formação de grupos de interesses coloniais e depois nacionais ou regionais, decisões políticas tomadas pela camada dirigente etc. (FURTADO, 1967).

O mesmo procedimento é seguido também por Fernando Novais em seus importantes trabalhos sobre a gênese, desenvolvimento e crise do Antigo Sistema Colonial (NOVAIS, 1969; 1986; 1985). Também para este autor, a evolução da história brasileira só ganha inteligibilidade se vinculada às vicissitudes da história do mundo Ocidental. O método e até mesmo a linguagem são muito parecidos ao modelo canônico inaugurado por Caio Prado, conforme se pode ver no trecho transcrito a seguir:

A história do Brasil, nos três primeiros séculos, está intimamente ligada à da expansão comercial e colonial europeia na época moderna. Parte integrante do império ultramarino português, o Brasil colônia refletiu, em todo o largo período da sua formação colonial, os problemas e os mecanismos de conjunto que agitaram a política imperial lusitana. Por outro lado, a história da expansão ultramarina e da exploração colonial portuguesa se desenrola no amplo quadro da competição entre as várias potências, em busca do equilíbrio europeu; desta forma, é na história do sistema geral de colonização europeia moderna que devemos procurar o esquema de determinações dentro do qual se processou a organização da vida econômica e social do Brasil na primeira fase de sua história, e se encaminharam os problemas políticos de que esta região foi o teatro (NOVAIS, 1969, p. 47).¹

Essa forma de encarar a história do Brasil teve desdobramentos. Numa palavra, fez escola, pois serviu de paradigma para a interpretação da história brasileira do período posterior à independência política. No **sentido da colonização** e nas **estruturas** herdadas da fase colonial estariam os germes do atraso e do subdesenvolvimento, germes que encontraram campo fértil para seu

¹ Essa ideia é recorrente, também, no livro editado em 1985. Para Novais, se a montagem do Antigo Sistema Colonial estava ligada aos sucessos da história europeia da época moderna, especialmente ao processo de acumulação primitiva de capitais, também a sua crise e dissolução estariam indissoluvelmente ligadas a eventos que tinham a Europa Ocidental como epicentro, ou seja, a passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial e o cortejo de transformações de toda ordem que este último implica.

desenvolvimento nas relações do país com o exterior, vale dizer, com os países industrializados. Deste modo, para a historiografia das décadas de 1960 e 1970, fortemente impregnada pela teoria da dependência então em voga, não se via na vinculação do Brasil ao mercado mundial senão as causas do atraso e continuidade *ad infinitum* da dependência da economia nacional aos centros hegemônicos do capitalismo mundial, além de constituírem instrumento de reforço do conservadorismo das camadas dirigentes.²

Quando se sai do campo econômico e transita-se para o campo das ideias, também o mundo exterior continua sendo uma referência explicativa da história brasileira, mas apenas como uma espécie de valor referência para se medir a distância entre a sociedade brasileira e as sociedades dos países desenvolvidos no que se refere à aplicação prática dos princípios liberais. Dessa comparação resulta sempre uma visão extremamente negativa da elite dirigente brasileira: conclui-se que ela ou não é sincera em sua adesão ao liberalismo (NOGUEIRA, 1984) ou é ridícula e participante de uma “comédia ideológica” (SCHWARZ, 1981; 1988; 1990), ou faz uso apenas instrumental de alguns aspectos do liberalismo — o *laissez faire*, por exemplo, (FRANCO, 1976; COSTA, 1975) ou, então, admite-se até que pode haver sinceridade de parte da camada dirigente em sua adesão ao reformismo liberal, mas essa vontade de mudar esbarra nas poderosas estruturas herdadas da fase colonial (HOLLANDA, 1977; 1990), de maneira que seria **impossível a coerência** entre o discurso e a prática política dos liberais brasileiros (JANOTTI, s/d.).

Assim, parece que não há mesmo saída para o liberalismo: quando há sinceridade, ele é impotente; quando não é totalmente inútil (uso instrumental do princípio do *laissez faire* pelo setor agroexportador), serve apenas para

² Numa de suas variantes mais sofisticadas, como a de Cardoso e Faletto (1981), a Teoria da Dependência conseguia vislumbrar, nas relações do Brasil com o mundo industrializado, alguma possibilidade de desenvolvimento, mas tratar-se-ia de um desenvolvimento dependente ou subordinado.

perpetuar o atraso interno e a dependência externa; quando não é uma coisa nem outra, só serviria para mostrar a alienação mental e o lado ridículo e cômico de camada dirigente.

Entendemos que há outra possibilidade de leitura do papel representado pelo liberalismo na história do Brasil. Do ponto de vista metodológico, partimos do conceito elaborado por Marx e Engels de que, a partir das modernas relações de troca advindas da Revolução Industrial, a história humana adquire uma dimensão mundial.

Quanto mais o isolamento primitivo das diferentes nacionalidades é destruído pelo modo de produção desenvolvido, pelo intercâmbio e pela divisão do trabalho que surge de maneira natural entre as diferentes nações, tanto mais a história se torna uma história mundial. Assim é que se inventa, por exemplo, na Inglaterra uma máquina que, na Índia ou na China, rouba o pão a milhares de trabalhadores e subverte toda a forma de existência desses impérios, tal invento se torna um fato da história mundial (MARX; ENGELS, 1979, p. 71).

Colocada essa nova perspectiva de análise, tomemos como exemplo a obra de Tavares Bastos, um dos mais consequentes publicistas liberais brasileiros do período imperial. A escolha de Tavares é bastante pertinente ao caso porque a sua obra é considerada por Oliveira Viana como a expressão máxima do deslocamento mental de nossas elites (VIANA, 1987, p. 15), interpretação que é compartilhada em linhas gerais por Santos (1988, p. 97).

Antes de prosseguirmos a análise, uma pausa para apresentarmos Tavares Bastos e suas obras. Como era comum em sua época, Aureliano Cândido de Tavares Bastos foi um homem de vida breve. Nasceu em 20 de abril de 1839 na antiga cidade das Alagoas, Província de Alagoas, vindo a falecer em 3 de dezembro de 1875 na cidade de Nice, Sul da França, onde se encontrava em retiro para estudos e para tratamento de saúde. Era filho do bacharel José Tavares Bastos, um político e jurista alagoano que chegou a governar a Província de São Paulo na década de 1850. Bacharelou-se em 1858, com apenas 19 anos de idade, pela Faculdade de Direito de São Paulo. Viveu

apenas 36 anos e, apesar de nunca ter sido ministro de Estado, foi uma das figuras mais influentes da segunda metade do século XIX no Brasil. Segundo José Murilo de Carvalho, Tavares Bastos era um dos poucos publicistas brasileiros citados nos debates do Conselho de Estado (CARVALHO, 1988, p. 124-125).

Deputado geral por três legislaturas (1861, 1863 e 1867) pelo Partido Liberal, iniciou seu primeiro mandato com apenas 21 anos de idade. Depois de um período de ostracismo resultante da dissolução da Câmara dos Deputados em 1868, preparava-se para disputar um quarto mandato, mas faleceu prematuramente em 1875, vítima de uma pneumonia (PONTES, 1939).

Como parlamentar, seu nome está ligado a duas grandes causas liberalizantes da economia brasileira no período: a abertura do vale do Amazonas para a navegação internacional e a liberdade de navegação de cabotagem para embarcações estrangeiras no Brasil.

Não foi, porém, como parlamentar que o nome de Tavares Bastos ficou gravado na memória nacional, mas principalmente como pensador político ou, mais precisamente, como um dos grandes publicistas liberais do Brasil oitocentista. Tavares Bastos foi autor das seguintes obras:

1 - *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro* (1861). Além do opúsculo que empresta seu título ao livro, a segunda e terceira edições desta obra (Companhia Editora Nacional, 1939 e 1976) reúne textos de diferentes datas, abordando diversos temas: *Memória sobre Imigração* (1861); *A situação e o partido liberal* (1872); *Reforma eleitoral e parlamentar e constituição da magistratura* (1873); *Projeto de Lei de reforma eleitoral e parlamentar* e *Projeto de Lei para Constituição da Magistratura*.

2 - *Cartas do Solitário*. Essa obra consiste de longos artigos publicados originalmente no jornal Correio Mercantil do Rio de Janeiro, entre 1861 e 1862. Sua primeira edição em forma de livro foi feita em 1862, mas continha apenas uma seleção das cartas publicadas no Correio Mercantil. A segunda edição veio à luz em 1863 pela

Typografia da Actualidade, contendo desta vez a totalidade das cartas publicadas no referido órgão de imprensa. Há uma terceira edição em 1938 pela Companhia Editora Nacional e uma quarta edição em 1975 feita pela mesma editora, esta última em convênio com Instituto Nacional do Livro.

- 3 - *Valle do Amazonas. A livre navegação do Amazonas, estatística, produções, comércio e questões fiscais do Vale do Amazonas* (1866). A segunda edição foi feita em 1937 pela Companhia Editora Nacional. Em 1975, por ocasião do centenário de sua morte, veio à luz a terceira edição pela mesma Companhia Editora Nacional, também em convênio com o Instituto Nacional do Livro.
- 4 - *Discursos Parlamentares*. Coletânea de discursos pronunciados pelo autor em seus três mandados parlamentares. Edição do Senado Federal, 1977.
- 5 - *Correspondência e catálogo de Documentos da Coleção da Biblioteca Nacional*. Edição feita pelo Senado Federal, em 1977.
- 6 - *A Província. Estudo sobre a descentralização no Brasil* (1870). Esta é considerada a obra mais importante de Tavares Bastos. Neste estudo utilizamos a terceira edição da obra, feita em 1975 pela Companhia Editora Nacional em convênio com o Instituto Nacional do Livro.

Entendemos que o pensamento e a ação política de Tavares Bastos não podem ser plenamente inteligíveis se a análise restringir-se aos limites da história nacional brasileira. Dentro desses limites, a equação ficaria incompleta, pois faltaria um dos elementos essenciais de seu pensamento e de seu projeto de modernização do Brasil, derivando daí a impressão de tratar-se de um pensamento descolado da realidade. Esse elemento é a imensa força transformadora representada pela imigração europeia.

A partir dos pressupostos metodológicos já expostos, entendemos que a possibilidade de uma nova leitura da obra de Tavares Bastos depende da maneira de se encarar a vinculação da história brasileira com aquilo que Marx e

Engels denominaram de **história mundial**. Sem essa vinculação com a história mundial, a equação ficaria incompleta, dando margem à interpretação de que seu pensamento estaria pairando no ar.

Do ponto de vista metodológico, adotamos o mesmo procedimento seguido por Caio Prado Júnior e seguidores, com a diferença de que, na nossa leitura da história brasileira e mundial da segunda metade do século XIX, **na vinculação do Brasil com o mundo exterior estava inscrita a possibilidade de desenvolvimento. E Tavares Bastos era a expressão mais lúcida e consciente dessa possibilidade.**

Ao contrário da historiografia influenciada pela teoria da dependência, que via nas relações do Brasil com o exterior na base do livre-câmbio uma forma de perpetuação do subdesenvolvimento; para Tavares Bastos a abertura para o exterior era um fator de mudança social e a condição indispensável para abreviar o caminho do país rumo ao desenvolvimento. Ele entendia que a abertura para o exterior criava a **possibilidade de se queimar etapas e de acelerar o tempo de maturação das novas sociedades do continente americano.**

Deixemos de confiar exclusivamente em nossas forças nacionais. Tenhamos mais cosmopolitismo, menos receio do estrangeiro, mudemos de hábito, e convençamo-nos de que, sem isso, a vida para o brasileiro será sempre essa vegetação miserável que nos transmitiram nossos avós e que nós prezamos, à maneira dos chineses, como se fora o ideal de humanidade (BASTOS, 1975b, p. 237).

A citação acima mostra que a sua visão livre-cambista de mundo permitiu-lhe fazer, sem culpa e sem medo, o diagnóstico de que a grande oportunidade de desenvolvimento para o Brasil estava em atrair para seu território parte das forças sociais em movimento em escala planetária. Não está vedada ao pensamento nacionalista/protecionista a identificação dessas forças extranacionais, mas é da sua natureza intrínseca olhar para elas com alguma prevenção e receio, o que não acontece com o livre-cambista.³

³ Sobre os receios dos protecionistas em relação à imigração em massa, ver Pereira (2009).

O eixo de nossa interpretação é, portanto, que Tavares Bastos era portador de uma típica consciência cosmopolita atenta ao teatro do mundo, o que lhe permitiu vislumbrar a oportunidade que se apresentava ao Brasil de promover uma viragem em sua história, aproveitando-se dos influxos positivos de uma nova etapa do processo de mundialização do sistema capitalista, então em plena revolução industrial. Nossa hipótese é que a visão cosmopolita de Tavares Bastos permitiu-lhe identificar uma das linhas de forças fundamentais da história no momento em que viveu: as colossais forças sociais, cujo movimento extravasava o velho mundo e deslocava-se para os países do Novo Mundo ainda em processo de colonização, ou seja, a grande imigração europeia, acompanhada da expatriação de grandes estoques de capitais do velho para o Novo Mundo.

Entendemos, pois, que o elemento-chave que confere consistência histórica ao discurso de Tavares Bastos é exatamente a identificação dessas forças em movimento na história mundial, como a base de seu projeto de transformação da sociedade brasileira. É sua visão livre-cambista que lhe facilita ver essas forças externas (imigrantes, capitais, a educação e a cultura técnica dos povos industriais) não como inimigas, mas como aliadas, ou melhor, como instrumentos de transformação da sociedade brasileira. Pensamos, pois, que ao agregarmos esse novo elemento à análise, a obra de Tavares Bastos não pode mais ser lida como um pensamento suspenso no ar.

Neste sentido, para ele, as relações do Brasil com o exterior, especialmente com os países ricos do Ocidente industrializado, não se resumiam às transações comerciais e financeiras como empréstimos, venda de “produtos primários” (para usar uma linguagem cara à historiografia de viés nacionalista) e compra de manufaturados. Ele enxergava na Europa muito mais que um mero mercado consumidor para os produtos exportáveis do Brasil e fonte de abastecimento dos produtos industrializados de que o país necessitava

naquele estágio de desenvolvimento. O que ele enxergava, afinal, no velho mundo?

Para além das meras transações comerciais e financeiras, ele divisava na Europa excessos de capitais e de força de trabalho que poderiam vir a fecundar o desenvolvimento dos países do Novo Mundo. Ele representava a consciência de que **os excessos de força gerados pelo capitalismo industrial na Europa poderiam ser um instrumento não de conservação do atraso, mas de aceleração do desenvolvimento nacional**. Abrir as portas do país aos capitais e aos imigrantes europeus foi a fórmula percebida por Tavares Bastos para tirar o discurso liberal da impotência ou das limitações a que estava submetido no país até então.

Como já destacamos em outro trabalho (PEREIRA, 2005), o valor estratégico atribuído por Tavares Bastos à imigração europeia pode ser aferido no seguinte trecho de uma de suas obras que, entre outras coisas, tem o valor de uma profecia que se realizaria em poucas décadas após sua morte: “o aumento das populações pela imigração ou por sua energia reprodutiva **desequilibrará as forças das potências**. Um motivo mais para que este assunto, tão interessante a outros respeitos, preocupe os estadistas brasileiros!” (BASTOS, 1976, p. 55, grifos nossos).

Na análise da obra de Tavares Bastos, percebe-se, nitidamente, que o fenômeno da imigração europeia para os Estados Unidos da América e a grande prosperidade daquele país causaram a mais viva impressão em seu espírito. Ele entendia que o motor da prosperidade dos Estados Unidos era a imigração europeia e esta, por sua vez, era impulsionada, entre outras coisas, pelo caráter liberal das instituições norte-americanas. Um dos pontos mais sensíveis para a emigração, segundo ele, era a questão da tolerância religiosa e pluralidade de crenças. Nos Estados Unidos, dizia ele, “não se conhece religião privilegiada e há lugar para todas as religiões. A esta liberdade absoluta de

crenças, não menos que a seu espírito independente, devem os americanos do Norte a **grande e rápida prosperidade**, a que atingiram, por meio de uma **espantosa imigração**” (BASTOS, 1975, p. 63, grifos nossos). Repare nos superlativos usados pelo autor. Não se trata de prosperidade qualquer, mas de uma “grande e rápida prosperidade”. Da mesma forma, não se trata de uma imigração qualquer, mas de uma “espantosa imigração”.

A aposta de Tavares Bastos na estratégia imigrantista, bem como seu entusiasmo pelos Estados Unidos, tinham sólidos fundamentos. No período mais significativo de sua breve vida, os números da emigração que faziam a prosperidade norte-americana eram impressionantes. No quatriênio de 1861/1864, portanto no auge da sangrenta guerra civil que ensanguentava o seu solo, os Estados Unidos atraíram cerca de 549.431 imigrantes europeus. Cessada a guerra, o movimento imigrantista para aquele país ganhou novo impulso: no período 1865/1868, cerca de 1.145.052 imigrantes desembarcam no Porto de Nova York, número que saltou para 1.493.334 no quatriênio 1869/1872 (QUEIROZ, 1979, p. 30). Portanto, no início da década de 1970, quando Tavares Bastos amadurece o programa de reforma que aparecerá de forma minuciosa e refletida em *A Província*, somente no porto de Nova York desembarca uma média de pouco menos de 400.000 imigrantes por ano.

Por isso, toda a obra teórica e toda a ação político-prática de Tavares Bastos têm como núcleo uma única e grande ideia: preparar o Brasil, através de um conjunto articulado e minucioso de reformas, para absorver as ondas de imigrantes e de capitais que se deslocavam da Europa em direção à outra margem do Oceano Atlântico. Neste sentido, seu postulado livre-cambista extrapola em muito a concepção vulgar que restringe o significado desse conceito à mera abertura do país às transações de mercadorias. A luta de Tavares Bastos ia muito além: seu grande objetivo era franquear as portas do Brasil aos capitais e aos imigrantes europeus. Tavares Bastos percebeu que as

novas forças brotadas da Segunda Revolução Industrial, cujo epicentro localizava-se na Europa Ocidental, irradiariam seus efeitos para o resto do mundo. Percebe, portanto, que se tratava de uma época de ouro em que colheriam os melhores frutos apenas aqueles que estivessem preparados para isso. Tratava-se de uma oportunidade única para os países ainda em formação do Novo Mundo.

Entretanto, embora fossem formidáveis as forças liberadas ou expulsas da Europa pelas tensões ou pelo excesso de dinamismo do capitalismo em sua nova fase, formidável também era a concorrência entre os países do Novo Mundo (inclusive a Oceania, denominada de **novíssimo** mundo) para atrair os trabalhadores e os capitais repelidos da velha Europa.

A ideia de se desenvolver através da imigração não era uma originalidade brasileira. Também os Estados Unidos, Canadá, Austrália, Argentina, Chile, Uruguai, Nova Zelândia porfiavam, nem sempre de forma cavalheiresca, para atrair as correntes imigratórias em direção a seus territórios carentes de população civilizada. Um testemunho contemporâneo nos dá ideia do que as nações do Novo Mundo faziam para melhorar sua imagem nos países de emigração:

Paralelamente a este generoso sistema de facilitação, há a propaganda, a poderosa solicitação dos governos da América, que é quase uma instituição. Cada governo procura atrair ao seu solo a riqueza, a força produtiva da emigração, a fecunda clientela do trabalho emigrante por todos os meios — concessões de terras, isenção de impostos, igualdade de direitos cívicos, tolerância religiosa — etc. Colônias inglesas tem chegado a oferecer passagens gratuitas. Todo o maquinismo de publicidade e de *reclame*, que o comércio particular emprega numa cidade para atrair, monopolizar o consumidor, empregam-no os governos da América para chamar ao seu solo o trabalho europeu. Para isso tem na Europa agências e jornais subsidiados que espalham, comentam, exaltam as vantagens oferecidas aos colonos. O sistema de informações é um dos mais eficazes: explicam aos emigrantes todas as condições superiores de um país novo, e ganham-lhe de antemão a clientela. Neste ponto os Estados Unidos são perfeitos: todos os anos o Bureau das Estatísticas faz uma série de publicações destinadas a esclarecer, informar o mundo emigrante; estes livros, tirados aos milhões de exemplares, ricamente encadernados, acompanhados de belas cartas geográficas,

explicam com toda a sorte de pormenores a superfície, a população, a constituição geológica de cada estado ou território, as suas fábricas e manufaturas, o preço de venda ou arrendamento das terras, as principais produções do solo, os meios de comunicação com os mercados, o preço do gado, as classes trabalhadoras mais procuradas, as tabelas de salários, o custo das provisões, dos aluguéis, etc. (...) As colônias inglesas têm uma imprensa subsidiada para influenciar a direção das correntes emigrantes, mostrando a liberdade da sua administração, a fertilidade dos seus terrenos, a segura fortuna dos seus colonos. (...) A propaganda vai mais além, não só se dirige ao senso prático dos imigrantes pela exposição das vantagens econômicas, mas dirige-se à emigração, ao ideal, por meio de uma literatura especial, em que sob a forma de conto, romance, ou narração de viagens, o emigrante é pintado como o personagem feliz e opulento, que triunfa na América, ganha tesouros, dirige vastas explorações, e realiza uma existência senhorial e pitoresca. Assim facilitada, instada, seduzida, a emigração não pode deixar de tomar poderosas proporções (QUEIROZ, 1979, p. 78; 79; 80).⁴

Como damas na frente do toucador, cada nação do Novo Mundo procurava maquiar-se da melhor maneira possível para parecer atraente aos imigrantes. Face ao poder de sedução exibido por outros concorrentes, como se pode ver no testemunho citado acima, meras maquiagens de toucador pareciam insuficientes para o Brasil. Tavares Bastos tinha plena consciência desse quadro competitivo e dos pontos fracos do Brasil, derivando daí seu esforço prático e teórico no sentido de apressar as reformas necessárias para que o país absorvesse os estímulos derivados do grande movimento emigratório europeu.

Neste sentido, o livre-cambismo não pode ser visto apenas como **um dos elementos** que formam o pensamento de Tavares Bastos, mas **o núcleo** a partir do qual se organiza toda a sua obra teórica e sua ação político-prática.

4 Trata-se de um texto redigido em 1874 por Eça de Queiroz quando atuava como representante diplomático do governo luso em Havana, Cuba. Reagindo a denúncias de abusos contra os trabalhadores chineses levados a Cuba como “imigrantes engajados”, o governo português, envolvido no episódio porque os tais chineses eram embarcados no porto de Macau e possuíam passaporte luso, encarregou Eça de Queiroz da tarefa de averiguar as denúncias e fazer um relatório para orientar a ação de Lisboa. Inquieto e competente como era, Eça acabou fazendo um grande estudo sobre o fenômeno imigratório e produziu um extenso relatório que ficou esquecido nos arquivos da família de Andrade Corvo, ministro dos Negócios Estrangeiros à época em que o relatório foi produzido, até ser arrematado num leilão de livreiro-antiquário por Leão Rego, que o publicou e o prefaciou em 1979.

Tocamos, assim, num ponto crucial e polêmico da obra e do posicionamento histórico de Tavares Bastos. Sua adesão aos postulados do livre-comércio rendeu-lhe a imputação nada lisonjeira de ser um agrarista impenitente e, como tal, defensor do *status quo*, vale dizer, dos interesses ligados à economia agrário-exportadora, hostis à industrialização. Para Heitor Ferreira Lima, por exemplo, “o liberalismo aqui adotado foi sempre uma forma eficaz e agressiva de conservadorismo... sendo exemplo típico Salles Torres Homem e Tavares Bastos, liberal agrarista e anti-industrialista” (LIMA, 1976, p. 96-97).

Nossa interpretação é no sentido contrário. Tavares Bastos via na abertura do país ao exterior um instrumento de transformação da sociedade nacional. Portanto, a abertura para o exterior era um meio de **rompimento com o *status quo*, não de sua conservação**. Seu desenvolvimento exige que tratemos do significado que Tavares Bastos atribuía ao conceito de **indústria**.

Em nossa interpretação, Tavares Bastos concebe a **indústria como uma relação social** e não meramente como um galpão de fábrica e, sendo assim, não bastaria a proteção do Estado para fazer nascer a indústria no país. Ele entendia que, para fazer a sociedade atingir o estágio industrial, era preciso muito mais que o voluntarismo político dos protecionistas de plantão. A indústria se desenvolve a partir de um complexo de fatores que vão desde a densidade demográfica até a existência de meios de transporte e comunicação para integrar as diferentes regiões do país; depende da existência no país daquilo que atualmente denominamos de cultura empresarial; da disponibilidade de capitais e de capitalistas dispostos a investir na atividade fabril, bem como de força de trabalho treinada e disciplinada; enfim, depende da constituição das classes sociais adequadas a uma sociedade industrial e que a população em geral tenha um grau mínimo de exigências culturais e materiais; que possua determinados hábitos de consumo etc. Seria necessário,

ademais, adensar a população no território e que parte significativa dessa população tivesse hábitos, exigências, ambições e educação adequadas a uma sociedade industrial. Aí é que se comprehende o valor estratégico da imigração europeia no projeto de Tavares Bastos.

Entretanto, se tinha consciência do valor estratégico da imigração europeia, Tavares Bastos sabia também que, para provocar uma mudança real em curto prazo, a chegada de novos imigrantes não poderia ocorrer em doses homeopáticas. Neste caso, o número faria a diferença. Façamos uma pequena digressão para esclarecer melhor esse enunciado. Numa certa altura de *O Capital*, Marx recorre a uma lei da química para demonstrar que, dependendo da proporção, uma alteração quantitativa pode provocar também uma transformação qualitativa nas relações sociais. Uma analogia desse princípio pode ser encontrada hoje num objeto de uso tão corriqueiro como a televisão. A qualidade de imagem da prosaica televisão colorida analógica depende do número de pigmentos concentrados no tubo de imagem e refletidos na tela, ou seja, quanto maior o número de pigmentos, melhor a definição de imagens e cores.

Sem recorrer a nenhuma lei da física ou da química, Tavares Bastos sabia que só a imigração em massa poderia alterar a paisagem social e mudar os costumes do Brasil. Recebidos em pequeno número, os imigrantes europeus acabariam absorvidos pelo caldo de cultura tupiniquim, cedendo a todos os “vícios” locais, sobretudo o de utilizar trabalhadores escravos. Em pouco tempo tornar-se-iam tão “vadios e desleixados” quanto os nacionais, conforme já alertava José Bonifácio em 1823, em cuja famosa peroração contra a escravidão se lê que:

ainda quando os estrangeiros pobres venham estabelecer-se no país, em pouco tempo, como mostra a experiência, deixam de trabalhar a terra com seus próprios braços. E logo que podem ter dois ou três escravos, entregam-se à vadiação e desleixo pelos caprichos de um falso pudentor. As artes não se melhoram, as máquinas que pouparam braços e pela abundância extrema de

escravos nas povoações grandes são desprezadas. Causa raiva ou riso ver vinte escravos ocupados em transportar vinte sacos de açúcar que podiam conduzir uma ou duas carretas bem construídas, com dois bois ou duas bestas muares (SILVA, 1988, 67).⁵

Portanto, abrir o país, torná-lo atraente aos trabalhadores e aos capitais que as tensões sociais e a exacerbação da concorrência expulsavam da Europa, era o meio vislumbrado por Tavares Bastos para abreviar o tempo que o Brasil levaria para atingir a maturidade necessária ao desenvolvimento da indústria. Assim, ao contrário do que colocou a historiografia influenciada pelo nacionalismo e pela teoria da dependência, Tavares Bastos era, a seu modo, defensor de uma forma talvez mais eficiente para o desenvolvimento da indústria no país do que o imediatismo dos protecionistas.⁶ Neste sentido, o livre-cambismo professado por ele não seria nem um elemento adicional e nem o ponto frágil, mas a própria *pièce de résistance* de seu projeto.

Tavares Bastos, ao lastrear em forças externas seu projeto de aceleração do desenvolvimento, acabou chegando, apesar das aparências em contrário, a

⁵ Para prevenir o contágio dos colonos estrangeiros pelos hábitos brasileiros, o governo, tanto na Monarquia quanto no período republicano, procurou restringir o número de naturais do país que poderiam participar dos núcleos coloniais. O historiador Oberacker Jr. nos informa que, por uma lei promulgada em 1907, o governo republicano limitou em 10% a proporção de lotes dos núcleos coloniais que poderiam ser vendidos a brasileiros (OBERACKER J, 1967, p. 225).

⁶ Sobre essa questão, ver: (PEREIRA, 2009). Uma evidência de que a estratégia de Tavares Bastos foi relativamente bem sucedida é dado, entre outras coisas, pelo fato de que, pelo grande número de imigrantes que afluiu para o Brasil a partir do final do século XIX, na década de 1920 já havia pensadores nacionalistas preocupados com os perigos que rondavam a “alma nacional”, ameaçada de se “desfigurar” ante a multiplicação indiscriminada de “quistos estrangeiros” no país. A eclosão da Primeira Guerra Mundial e o aumento da imigração ao seu final produziu no país temor quanto aos “perigos alemão e italiano”, conforme se pode ver num ensaio escrito em 1920, cujo autor já alertava também contra o “perigo amarelo, que vai sorrateiramente ganhando impulso” (NIEMEYER, 1920, p 49). Hoje já se sabe que, junto com os “perigos” italiano, alemão e “amarelo” vieram também a expansão de novas fronteiras agrícolas, a urbanização, a formação do proletariado moderno, a ampliação da classe média, a formação de capitais excedentes que procuravam investimento fora da agricultura, a ampliação do mercado interno e, por fim, a própria indústria. A posição deste autor serve novamente de ilustração à nossa tese de que, nas condições brasileiras do século XIX, o projeto livre-cambista, por seu destemor de abrir o país para acolher praticamente tudo que proviesse dos países industrializados, poderia ter mais eficácia que o projeto nacionalista, que tende a olhar com desconfiança o adventício, principalmente se este vier em grandes levas.

uma espécie de liberalismo que nada tem a ver com a ortodoxia que muitos estudiosos lhe atribuem.

Ao contrário do que pensaram Oliveira Viana e Wanderley Guilherme dos Santos, Tavares Bastos não professava um liberalismo doutrinário e dogmático e, por extensão, um voluntarismo jurídico impotente para transformar a realidade do país. Há evidências em sua obra que contrariam essa interpretação. Tais evidências emergem quando ele discute o papel do Estado.

Na verdade, Tavares Bastos não critica o Estado por este promover ou estimular (via garantia de juros aos capitais empregados) a construção de ferrovias, telégrafos, portos etc. Tampouco critica os investimentos do Estado no ensino primário. Para ele a intervenção do Estado deve merecer censura apenas quando resulta em obstáculo ao desenvolvimento. Quando ela funciona como fomentadora da ação individual, ou mesmo quando supre a ausência da iniciativa individual nos setores estratégicos para o desenvolvimento do país, a intervenção do Estado é tida como benfazeja e necessária. Eis uma passagem que ilustra bem essa postura de Tavares Bastos:

Deve o governo promover a imigração?
Ou deve ser ela abandonada a si mesma, às causas naturais?

Algumas pessoas opinam que tudo depende de uma boa lei de terras, de severa administração da justiça, do aumento da riqueza e do melhoramento das comunicações internas. Parece que não se deve ser exclusivo nesta matéria. Nos Estados Unidos, sim, a intervenção do governo é inútil. Aqui, porém, há um motivo poderoso, uma razão de alta política, para se recomendar que o governo continue a intervir, que as administrações geral e provinciais se apressem em criar a corrente de emigrantes para o Brasil (BASTOS, 1976, p. 61).

Neste sentido, se reivindica a descentralização administrativa é porque acredita que os poderes provincial e municipal seriam agentes mais eficazes que o governo central na promoção do que ele denomina de "melhoramentos materiais" (estradas de rodagem, ferrovias, telégrafo, portos) e da "reforma moral" da nação (difusão da escola primária e do ensino profissionalizante). Tavares Bastos tinha consciência da situação peculiar do

Brasil (um país colonial, no sentido de **fronteira aberta**) e por isso compreendeu, ao contrário do que uma leitura apressada ou parcial de sua obra possa sugerir, a importância do Estado na criação das condições para o desenvolvimento. Não se trata, portanto, de um anti-intervencionista dogmático. Ele é apenas seletivo, distinguindo as boas das más intervenções. Não seria também um estatólatra, para usar uma expressão muito cara a Roberto de Oliveira Campos (2001), porque, como todo liberal que se preza, Tavares Bastos acreditava na força da iniciativa individual, sem desprezar, todavia, a ação estatal, quando necessária. Como todo liberal, desconfiava do Estado e julgava que a sociedade deveria estar sempre vigilante para evitar o seu crescimento exagerado. Mas, como todo liberal inteligente e dotado de bom-senso, sabia que ao Estado caberia um importante papel no processo de modernização do Brasil.

Em nossa interpretação, Tavares Bastos estaria incluído entre aqueles que adotam o princípio de que caberia ao governo “a iniciativa de produzir uma ordem social justa, de onde se infere que um governo, ou Estado, pode ser considerado ilegítimo tanto pelo que faz — quando transgridem os direitos fundamentais dos indivíduos — quanto pelo que deixa de fazer” (SANTOS, 1988).

Não professava um liberalismo cego, ingênuo, fatalista, que conduziria ao imobilismo por acreditar no “curso natural” das coisas humanas e na marcha das sociedades.

Expressando as condições do país — uma nação que praticamente ainda estava por se fazer — seu liberalismo não só comportava, mas reivindicava a ação do Estado para impulsionar o desenvolvimento da sociedade.

Para Tavares Bastos, como já enfatizamos anteriormente, tratava-se de aproveitar, da melhor maneira possível, a oportunidade que a história

criara para o Novo Mundo a partir da segunda Revolução Industrial. Por conseguinte, para ele urgia providenciar as reformas imprescindíveis para habilitar o país a absorver as formidáveis forças positivas irradiadas para fora da Europa por essa nova fase do capitalismo industrial. O empenho de Tavares Bastos no sentido de encaminhar o Estado nessa direção foi tanto que sua luta travou-se conjuntamente no plano teórico (nos jornais, nos livros) e político-prático (nos partidos, no parlamento, no executivo etc.). Lendo suas obras, seus discursos parlamentares (BASTOS, 1977) e principalmente sua correspondência privada (BASTOS, 1977), percebe-se que essa luta absorveu praticamente todo o tempo de sua breve, mas intensa vida. Observa-se, em suas cartas pessoais, que, mesmo quando afastado do Parlamento, Tavares Bastos nunca deixou de participar da militância partidária e jornalística, bem como do estudo das questões importantes de seu projeto de Reforma. A morte surpreendeu-o quando, na Europa, dedicava-se ao estudo do sistema de ensino de vários países daquele continente.

Tendo em vista que a imigração em massa não era uma criação fantasiosa da cabeça de Tavares Bastos, mas uma força histórica real, responsável pela formação e rápido desenvolvimento de países como Estados Unidos, Canadá, Austrália, cujo fluxo estava em aumento na época em que ele viveu, é preciso admitir que seu projeto liberal de transformação social estava, portanto, firmemente alicerçado na realidade. Ele projetou uma reforma modernizadora da sociedade brasileira e identificou corretamente a base social em que se apoiar para realizar esse projeto. Neste sentido, quando se avalia a proposta liberal de Tavares Bastos mediante um confronto com a realidade de sua época, por realidade deve-se entender, como ele próprio já alertou, também o mundo que estava “além do Pão de Açúcar”, assim como Marx já havia alertado os idealistas alemães de que havia um mundo para além da Feira de Livro de Leipzig.

Visto da perspectiva que acabamos de enunciar, não é possível mais conceber o liberalismo como uma ideia fora de lugar, na expressão consagrada por Schwarz, nem, como colocou Rego (2002), como ideia extemporânea. Tampouco se pode admitir que o liberalismo foi um uso meramente instrumental pelo conjunto da camada dominante, para manter e reforçar as relações de dominação. Embora não forjado no país, o liberalismo era um conjunto de ideias que servia de modelo, de guia para uma nação em processo de construção. Mais do que isto, o liberalismo, na variante encarnada por Tavares Bastos, pôde atuar efetiva e eficazmente como um instrumento de mudança da paisagem social do país, especialmente nas regiões Sudeste e Sul.

Neste sentido, podemos conceber o liberalismo como uma **ideia força**, uma aspiração que não deixou de atuar na luta pela construção nacional. O fato de a maioria dos letrados e da camada dirigente do século XIX ter optado por um projeto de nação de feição liberal já é, de *per si*, um fato prenhe de significação para a história brasileira. Se dificuldades houve para a concretização desse projeto, isto não serve de escusa para subestimar o papel desempenhado pelo liberalismo na história brasileira.

Como já enfatizou Norberto Bobbio com muita propriedade, o “intercâmbio entre o ser e o dever ser é uma ambiguidade característica do discurso político” (BOBBIO, 1997, p. 131).

Neste sentido, caberia aqui traçar um paralelo entre o papel histórico desempenhado pelas ideias liberais no Brasil do século XIX e pela ideologia comunista a partir de meados do século XIX e no decorrer do *breve século XX*, para usarmos a expressão cunhada por Hobsbawm (1995). Por mais que se negue a possibilidade de realização prática do projeto comunista, nem o mais alheio e distraído dos homens negaria o fato de que a ideologia comunista foi uma das forças mais atuantes e poderosas na história do século XX. Ora, num

período histórico caracterizado pela polarização entre duas grandes ideias, o liberalismo e o socialismo, por que atribuir apenas a uma delas o estatuto de **ideia-força** capaz de influir nos rumos da história dos povos?

No caso de Tavares Bastos, a função histórica do liberalismo ganha mais relevo ainda porque, para ele, tratava-se de importar não apenas as ideias, as representações mentais e os modelos institucionais das nações burguesas, mas também as forças materiais que lhe vivificavam e lhe davam substância (homens com cultura burguesa, capitais, técnicas de gestão, modelos de educação formal, ciência e tecnologia). Daí sua aposta na imigração europeia não só como fator de mudança no país, mas, sobretudo, como meio de queimar etapas no processo de desenvolvimento da nação.

É por esta razão que julgamos não só relevante, mas fundamental a discussão sobre o conceito de realidade. No discurso liberal está implícito, como uma espécie de imanência, que o conceito de realidade extrapola as fronteiras do Estado-nação. A nação é apenas uma dimensão da realidade, não a realidade toda. Por ser cosmopolita, usando aqui a expressão cunhada por List (1983), o teórico pioneiro do protecionismo contemporâneo, o liberal digno desse nome não concebe a realidade como se, de um lado, existisse o seu país e, de outro, o mundo exterior. Para o livre-cambista, a dimensão nacional é parte inseparável do todo e, por isso, qualquer projeto nacional tem que levar em consideração as forças extraterritoriais que podem ter impacto no seu país.

Ora, sendo assim, somente aqueles que tomam o conceito de realidade num sentido muito restrito podem conceber o liberalismo como uma ideia inadequada para o Brasil do século XIX ou, então, como uma ideologia que tendia a reforçar as relações de dominação dos proprietários agrários.

Referências

- ARISTÓTELES. Política. In: *Obras*. Madrid: Aguilar, 1986.
- AZEREDO COUTINHO, J. J. C. Análise sobre a justiça do comércio de resgate de escravos da Costa de África. In: *Obras Econômicas de J.J. da Cunha de Azeredo Coutinho*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- BASTOS, Aureliano C. de Tavares. *A Província*. Estudo sobre a descentralização no Brasil. São Paulo/Brasília: Companhia Editora Nacional/INL, 1975b.
- BASTOS, Aureliano C. de Tavares. *Cartas do Solitário*. São Paulo/Brasília: Companhia Editora Nacional/INL, 1975.
- BASTOS, Aureliano C. de Tavares. *Correspondência e catálogo de documentos da coleção da Biblioteca Nacional*. Brasília: Senado Federal, 1977.
- BASTOS, Aureliano C. de Tavares. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Senado Federal, 1977.
- BASTOS, Aureliano C. de Tavares.. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. São Paulo/Brasília: Companhia Editora Nacional/INL, 1976.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Edunesp, 1997.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Lanterna na popa. Memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política Imperial*. São Paulo: Vértice, 1988.
- COSTA, Emília Viotti da. *Liberalismo e democracia. Anais de história*. Assis, v. 7, 1975.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. *Cadernos de debates*. São Paulo, v. 1, 1976.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HOLLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira (O Brasil Monárquico)*. v. I, t. II. São Paulo: Difel, 1977.

HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 21^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. A impossível coerência. Um liberal do século XIX: João Francisco Lisboa. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, n. 30, p. 197-210, s/d..

LIMA, Heitor Ferreira. *História do pensamento econômico no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). *Estudos do Bem-Comum e Economia Política*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

LIST, Georg Friedrich - *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

NIEMEYER, Waldir de. *À margem do tempo* (Ensaios sobre os erros e males da colonização estrangeira no Brasil). Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio de Rodrigues & Cia., 1920.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Desrenturas do Liberalismo*. Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1986

NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1969.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial: 1777/1808*. São Paulo: Hucitec, 1985.

OBERACKER JR, Carlos H. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. tomo II, 3º volume. São Paulo: Difel, 1967.

PEREIRA, Lúpérico A. Imigração e conceito de tempo no pensamento político brasileiro e argentino (1810-1875). In: PELEGRINI, Sandra C. A.; ZANIRATO, Silvia H. (Org.). *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica*. Maringá: Eduem, 2005.

PEREIRA, Lúpérico A. Entre o livre-comércio e o protecionismo: uma reflexão sobre os dilemas do desenvolvimento brasileiro no século XIX. In: PRIORI, Angelo; PEREIRA, Lúpérico A. (Org.). *Dilemas do desenvolvimento brasileiro. Ideias, política e economia no Brasil no século XIX*. Curitiba: Instituto Memória, 2009. p. 13-65.

- PONTES, Carlos. *Tavares Bastos (Aureliano Cândido) - 1839/1875*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1939.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- QUEIROZ, Eça de. *A Emigração como força civilizadora*. Lisboa: Perspectiva & Realidades, 1979.
- RÉGO, Walkiria G. Domingues Leão. *A utopia federalista: um estudo sobre o pensamento político de Tavares Bastos*. Maceió: Edufal, 2002.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Paradoxos do Liberalismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.
- SCHWARZ, Roberto. Complexo, Moderno, Nacional e Negativo. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, v. 1, n. 1, dez. 1981.
- SILVA, José Bonifácio de Andrade. Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. In: *Memórias sobre a Escravidão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.
- VIANA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp/UFF, 1987.